

A noção de ser na *crítica da razão pura* de Immanuel Kant

Filício Mulinari

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a noção de ser na obra *Crítica da Razão Pura* (1781) de Immanuel Kant (1724 – 1804) e determinar quais são as consequências e importância desse conceito para a ontologia kantiana. Será investigado o motivo pelo qual Kant sustentou o conceito de existência como não sendo um predicado real e, ainda, será advertida a diferença entre possibilidade lógica e possibilidade real, bem como a importância da experiência para a formulação de um juízo existencial afirmativo.

Palavras-chave: metafísica moderna, ontologia, ser, existência, predicado real

Abstract

This article aims to analyze the concept of being in the Critique of Pure Reason (1781) of Immanuel Kant (1724 – 1804) and determine the

consequences and importance of this notion for the Kantian ontology. It will be investigated why Kant sustained the concept of being as a nonreal predicate and, yet, it will be adverted the difference between logical possibility and real possibility and the importance of experience for the formulation of the affirmative existential judgement.

Keywords: *modern metaphysics, ontology, being, existence, real predicate*

Introdução

Os apontamentos mais relevantes de Immanuel Kant (1724 – 1804) sobre a noção de *ser* no período crítico se encontram na *Crítica da Razão Pura*.¹ Contudo, embora as teses sobre o ser sejam apresentadas de modo breve na obra, como se fossem pressupostas e evidentes para o desenvolvimento das demais teses ali encontradas, ressalta-se que elas representam uma parte fundamental para toda ontologia kantiana.

Na *Crítica da Razão Pura*, a noção de existência aparece em duas partes da *Lógica Transcendental*. Primeiro, aparece na *Analítica Transcendental*, na explicação da modalidade dos juízos e, depois, aparece na *Dialética Transcendental*, na parte que Kant dedicou à refutação das provas para a existência de Deus. Como salienta Vaz (2006, p. 26 – 27), a tese de Kant sobre o ser aparece na *Analítica Transcendental* menos explicitamente. Já na refutação do argumento ontológico, feita na *Dialética Transcendental*, aparece com maior clareza

¹ “Onde Kant fala do ‘ser’, especialmente na relação com sua crítica das provas ontológicas da existência de Deus, ele usa o termo de modo idêntico ao conceito de ‘existência’. Sua tese principal é que ser não é um predicado real que possa ser adicionado ao conceito de algo, mas ‘meramente a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas’ (KANT, 2001, A598/B626). Na distinção do uso lógico do ‘é’ como cópula, o existencial ‘é’ indica que o sujeito e seu predicado estão postos. Tal postulação diz respeito ao objeto em relação ao seu conceito.” (HOLZHEY; MUDROCH, 2005, p. 62)

o sentido que Kant atribuiu ao ser em geral e suas relativas consequências. Nesse sentido, pretende-se explicitar aqui o conceito de *ser* entendido por Kant na obra *Crítica da Razão Pura* e ver quais são as suas implicações para a ontologia kantiana. Será analisado o motivo pelo qual o filósofo definiu o predicado de existência como *não* sendo um *predicado real* e, ainda, será advertida a diferença entre possibilidade *lógica* e possibilidade *real*, bem como a importância da experiência para a formulação de um juízo existencial afirmativo.

Existência não é um predicado real ou determinante

Como foi dito, é na *Dialética Transcendental* que Kant dedicou maior atenção ao conceito de existência em seu período crítico. O eixo central da tese kantiana sobre o ser encontra-se presente na seguinte passagem:

Ser não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa; é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas. (KANT, 2001, A598/B626)

Como salienta Van Cleve (1999, p. 188), a tese de Kant diz que a existência não é um predicado *real* ou *determinante*, ou seja, “um predicado que adiciona algo ao conceito do sujeito e o amplia”. Percebe-se que o núcleo da argumentação está no termo “acrescentar-se”: existência, como predicado, acrescenta algo às coisas? Concede realidade à coisa? Como no período pré-crítico (no *Beweisgrund*), Kant dirá que não. No entanto, antes de se entender o conceito kantiano de *predicado real*, deve-se entender a noção de *realidade* [*Realität*].

Primeiramente, não se deve confundir ou corresponder – em sentido kantiano – *realidade* como definição de algo existente: essa seria a “realidade objetiva” [*Wirklichkeit*].² A realidade de uma coisa seria sua possibilidade de determinação, e não a coisa mesma enquanto existente. Nesse sentido, o predicado é real quando acrescenta algo ao conceito de coisa. Por exemplo, na sentença “o dragão é amarelo”, acrescenta-se algo ao conceito de “dragão” e, dessa maneira, se concede “realidade” à coisa. Observa-se, também, que “conceder realidade” não significa “tornar presente”.

Salienta-se, ainda, que *realidade* não é oposto de *possibilidade*: realidade seria definida pela possibilidade de determinação.³ Essa noção de realidade dá sentido à afirmação kantiana de que “o real nada mais contém que o simplesmente possível. Com táleres reais não contém mais do que com táleres possíveis”.⁴ Contudo, esta última afirmação será trabalhada mais adiante, em uma parte dedicada ao conceito de possibilidade.

Esclarecido o conceito de “realidade”, parte-se agora para a análise do conceito de “predicado real”. Ao dizer que *existência não é um predicado real*, Kant concluiu que o uso do verbo *ser* como predicado não é válido por não determinar (acrescentar) algo ao conteúdo do sujeito. Um predicado *real* deve ser um predicado determinante. Um predicado determinante é aquele que, além de acrescentar algo ao conceito de que é predicado, deve também ampliá-lo o que não acontece com o uso de existência como predicado.⁵

²Conforme salienta Heidegger, o conceito kantiano de realidade objetiva, que é idêntico à realidade [*Wirklichkeit*], deve ser distinguido do conceito de realidade [*Realität*] antes elucidado (HEIDEGGER, 1988, p. 37)

³ A relação entre existência e possibilidade será trabalhada mais adiante.

⁴ KANT, 2001, A599/B627.

⁵ VAZ, 2006, p. 27.

Kant ressaltou que, ao se pensar uma coisa com todos os seus predicados (determinação completa) e, após isso, acrescentar a ela o predicado “existe”, nada de fato é acrescentado à coisa:

Assim, pois, quando penso uma coisa, quaisquer que sejam e por mais numerosos que sejam os predicados pelos quais a penso (mesmo na determinação completa), em virtude de ainda acrescentar que esta coisa *é*, não lhe acrescento o mínimo que seja. Porquanto, se assim não fosse, não existiria o mesmo, existiria, pelo contrário, *mais* do que o que pensei no conceito e não poderia dizer que é propriamente o objeto do meu conceito que existe. (KANT, 2001, A600/B628).

Conforme o trecho citado, o conceito de existência (*é*) não representa nenhuma propriedade do objeto pensado, pois, caso representasse, adicionaria algo que estava ausente no conceito que foi antes pensado (conceito original anterior à existência).

No entanto, visto que *ser* não é um predicado real, ou seja, não determina o conceito, pergunta-se: qual é a função do *ser* quando é empregado como predicado? Que função tem o *ser* quando se pronuncia a sentença “A existe” ou a sentença “A é”? Conforme analisa Heidegger em um trabalho dedicado a essa questão, o tipo de relação, quando se usa o verbo *ser* como predicado de algo, está associado a uma correspondência entre o objeto do conceito e o conceito pensado:

Na proposição “A é B”, B é um predicado real acrescentado [*hinzugebracht*] a A. Porém, na fala “A existe [*existiert*]”, A é posto absolutamente e, ainda, junto de todas as suas determinações reais B, C, D, e assim por diante. Essa posição é acrescentada a A, mas não do mesmo modo que B foi acrescentado a A no exemplo anterior. O que é essa posição acrescentada? Claramente é ela

mesma uma relação, contudo não uma real-relação, não uma relação entre coisas, não uma determinação real de A, mas a referência de toda a coisa (A) ao meu pensamento dela. Por meio dessa referência aquilo que é posto se relaciona com o meu estado-ego [*Ich-Zustand*]. Desde que A, que é a princípio algo meramente pensado, já se relacione comigo nessa referência ao pensado [*Denkenbezug*], seguramente essa referência meramente pensada, a mera representação de A, se torna diferente diante da adição da posição absoluta. Na posição absoluta o objeto do conceito, o ente real [*wirkliche Seiende*] corresponde a ele, é posto em relação, como real [*als Wirkliches*], com o conceito que é meramente pensado. (HEIDEGGER, 1988, p.45)

Desse modo, a existência não pode ser definida como um predicado real. Não há adição determinante quando se pronuncia “A existe”, apenas há um ganho em relação à possibilidade da coisa em questão como objeto sensível. Visto que o conceito de possibilidade é facilmente confundido com o conceito de existência, parte-se, então, para a explicação da relação entre existência e possibilidade, dissertada na *Crítica da Razão Pura*.

Possibilidade lógica e possibilidade real

O ganho que se tem ao dizer “A existe”, ou seja, ao referir-se à coisa em uma posição absoluta, não é de modo algum determinante para a coisa em questão. Em outras palavras, não há uma alteração no conceito da coisa em questão, mas apenas uma mudança quanto à possibilidade de tal coisa ser como objeto sensível: o objeto agora pode ser experienciado.⁶ Devido a essa relação entre possibilidade e existência, parte-se agora para a elucidação do conceito kantiano de possibilidade.

Assim como a existência, o conceito de possibilidade não contribui em nada para o conteúdo do objeto, pois se refere somente ao modo como um objeto pode ser dado. A distinção entre possibilidade lógica e possibilidade real (possibilidade *transcendental*),⁷ que já estava presente no período pré-crítico, se encontra também no período crítico. A possibilidade lógica se refere ao conceito, enquanto a possibilidade real (ou transcendental) se refere à própria coisa. Na *Analítica Transcendental*, Kant frisou bem o erro comumente cometido quando se confunde as duas possibilidades:

A ilusão de tomar a possibilidade lógica do *conceito* (já que ele não se contradiz a si próprio) pela possibilidade transcendental das coisas (em que um objeto corresponde ao conceito) só pode

⁶ SANSEVERO, 2009, p.36

⁷ Mark van Atten, em um artigo intitulado *Gödel, Mathematics and Possible Worlds* vai ainda mais além e difere três tipos de possibilidade utilizados nas obras de Husserl e Hartmann, seguindo um caminho parecido com aquele seguido por Kant: primeiramente, se tem a possibilidade lógica, dependente da não-contradição dos conceitos (para a qual vale a possibilidade de um quadrado-redondo, por exemplo, embora não valha a de um quadrado não-quadrado, por causa da contradição explícita); a seguir se tem a possibilidade conceitual, que requer o mesmo da possibilidade lógica, mais o requerimento de que os conceitos envolvidos não levem a uma contradição material (um quadrado-redondo não é, assim, conceitualmente possível); por fim, se tem a possibilidade transcendental, que requer o mesmo da possibilidade conceitual mais o requerimento de que se possa construir idealmente o objeto desse conceito com completa evidência. (VAN ATTEN *apud* VAZ, 2006, p.28)

enganar e satisfazer os inexperientes. (KANT, 2001, A244/B302)

O que caracteriza a realidade objetiva de um objeto seria a concordância não somente com a possibilidade lógica mas também com a possibilidade real do objeto existir. Noutros termos, a possibilidade de uma coisa existir não depende apenas da adequação lógica do conceito do objeto, mas também da adequação do conceito com a realidade, que possibilitaria tal objeto existir. Kant deixou explícita essa tese na seguinte passagem:

É certo que é condição lógica necessária, que tal conceito não encerre contradição; mas não suficiente, longe disso, para constituir a realidade objetiva do conceito, isto é, a possibilidade de um objeto tal qual é pensado pelo conceito. Assim, no conceito de uma figura delimitada por duas linhas retas não há contradição, porque os conceitos de duas linhas retas e do seu encontro não contêm a negação de uma figura; a impossibilidade não assenta no conceito em si mesmo, mas na sua construção no espaço, isto é, nas condições do espaço e sua determinação; estas, por sua vez, têm a sua realidade objetiva, isto é, referem-se a coisas possíveis, porque contêm em si, *a priori*, a forma da experiência em geral. (KANT, 2001, A221/B268)

Kant ainda citou em uma nota de rodapé uma passagem esclarecedora sobre a importância da intuição sensível para a possibilidade real:

Numa palavra, todos estes conceitos não se podem justificar e assim não pode ser demonstrada a sua possibilidade real, se for abstraída toda a intuição sensível (a única que possuímos); então, só resta a possibilidade lógica,

isto é, que o conceito (pensamento) seja possível, que não é a questão de que se trata, mas sim a de se o conceito se refere a um objeto e, portanto, a qualquer coisa. (KANT, 20001, B303)

Como se vê, para demonstrar a possibilidade real de algo se deve ter alguma intuição sensível. Se não há uma intuição sensível, a única coisa que resta é a possibilidade lógica, que não diz muito sobre a relação de possibilidade de existência *real* de um objeto. Como advertido, a possibilidade lógica, somente, não pode reivindicar realidade objetiva de um objeto.

Antes dos textos anteriormente citados, Kant tomou, como exemplo, a *telepatia* para elucidar mais ainda sua tese sobre a possibilidade. Na passagem, o filósofo salientou a falta de fundamento do conceito devido à impossibilidade de experienciar tal conceito:

Uma substância, que estivesse permanentemente presente no espaço, sem todavia o preencher (como aquele intermediário entre matéria e ser pensante, que alguns quiseram introduzir), ou uma faculdade particular do nosso espírito de intuir antecipadamente o futuro (não simplesmente de o inferir), ou, por fim, uma capacidade do nosso espírito de estar em comunidade de pensamento com outros homens (por muito distantes que possam estar), são conceitos, cuja possibilidade é totalmente destituída de fundamento, porque não pode assentar sobre a experiência e suas leis conhecidas, e sem a experiência constituem uma ligação arbitrária de pensamentos, que, embora não encerrem contradição, não pode todavia reivindicar realidade objetiva nem, portanto, a

possibilidade de um objeto como o que aqui se pretende pensar. (KANT, 2001, A222/B270)

O exemplo da telepatia, mesmo sendo logicamente possível, não possui possibilidade *real*, ou seja, não pode ser provada a sua existência. Isso se dá porque a possibilidade de conhecer “objetos telepáticos” depende que esses mesmos objetos estejam relacionados no espaço, pois só é possível provar a possibilidade real de coisas estando elas em relação espacial. No entanto, com o exemplo da *telepatia* novamente se atenta para o fato de a possibilidade lógica não ser necessariamente suficiente para a possibilidade real.

Ainda sobre o conceito de possibilidade, ressalta-se que não há distinção entre o possível e o real em relação ao conteúdo. Como foi dito anteriormente, realidade não é oposto de possibilidade. Kant salientou essa tese com o clássico exemplo dos *cem táleres*, presente na *Dialética Transcendental*, na parte da refutação dos argumentos ontológicos:

E assim o real nada mais contém que o simplesmente possível. Cem táleres reais não contém mais do que cem táleres possíveis. Pois que se os táleres possíveis significam o conceito e os táleres reais o objeto e a sua posição em si mesma, se este contivesse mais do que aquele, o meu conceito não exprimiria o objeto inteiro e não seria, portanto, o seu conceito adequado. Mas, para o estado das minhas posses, há mais em cem táleres reais do que no seu simples conceito (isto é na sua possibilidade). Porque, na realidade, o objeto não está meramente contido, analiticamente, no meu conceito, mas é sinteticamente acrescentado ao meu conceito (que é uma determinação do meu estado), sem que por essa existência exterior ao meu conceito os cem táleres pensados sofram o mínimo aumento. (KANT, 2001, A599/B627)

Segundo Vaz (2006, p. 29-30), há uma relação entre o exemplo referido acima e o exemplo do conceito “Júlio César” presente no texto pré-crítico de 1763.⁸ O exemplo dos *táleres* possui uma vantagem ilustrativa, visto que pensar que há cem dólares no meu bolso e tocar numa nota de cem dólares no meu bolso são ações equivalentes do ponto de vista da quantidade e de espécie, porém no segundo caso eu estaria *realmente* com dinheiro.

O juízo existencial como juízo *sintético*: a importância da experiência

Deve-se lembrar que o conceito de existência não pode ser extraído de nenhum outro conceito, uma vez que não se pode extrair a existência do objeto de meras relações lógicas, como foi anteriormente mostrado. Isso, por si só, já impossibilitaria que os juízos de existência fossem *analíticos*. Ao questionar se o juízo “algo existe” é sintético ou analítico, Kant afirmou que, se o juízo fosse analítico, ele nada mais seria do que mera tautologia:

Pergunto-vos: a proposição *esta ou aquela coisa* (que vos concedo como possível, seja qual for) *existe*, será uma proposição analítica ou sintética? Se é analítica, a existência da coisa nada acrescenta ao vosso pensamento dessa coisa e, então, ou o pensamento dessa coisa que está em vós deveria ser a própria coisa ou supusestes uma existência como pertencente à possibilidade e concluístes, supostamente, a existência a partir da

⁸ Tome qualquer sujeito que desejar, como, por exemplo, Júlio Cesar. Retire da lista de todos os predicados que podem ser pensados como pertencentes a ele, sem excetuar mesmo aqueles de espaço e tempo. Você irá rapidamente ver que ele pode também existir com todas essas determinações, ou não existir com todas. (KANT, 1992, 2:72)

possibilidade interna, o que é uma mísera tautologia. (KANT, 2001, A597/B625)

Outro ponto que confirma os juízos existenciais como juízos sintéticos é a ideia de que, mesmo que a existência não amplie o conceito, algo é corroborado quando se atribui a existência a um objeto. Em outras palavras, quando se diz “A existe” entende-se que há um objeto na experiência correspondente ao objeto da sentença e isso faz do juízo existencial um juízo sintético. Novamente se deve salientar que não se pode dizer que “A existe” meramente ao se analisar os conceitos ali presentes: deve-se buscar algo que está fora do âmbito simplesmente conceitual.

Em suma, um enunciado existencial é sintético porque, mesmo não havendo neles nenhum acréscimo com relação à constituição interna, à intencionalidade, de um conceito, algo de significativo é ali informado. Um juízo existencial não versa sobre a constituição interna dos conceitos, assim sobre relação destes com a realidade. Dito de outro modo, ele fala sobre a relação do entendimento daquele que julga com a realidade propriamente dita, e não sobre a relação entre conceito-sujeito e o conceito-predicado de um juízo. (VAZ, 2006, p.30)

Na passagem anterior é salientada mais uma vez a relação do juízo de existência com a realidade, que faz o juízo ser sintético. Kant fez também questão de frisar que o juízo existencial mantém relação com a realidade e não, simplesmente, com meros conceitos (conceito-sujeito e/ou conceito-predicado).

No *simples conceito* de uma coisa não se pode encontrar nenhum carácter da sua existência. Embora esse conceito seja de tal modo completo, que nada lhe falte para pensar a coisa com todas as suas determinações internas, a existência nada

tem a ver com tudo isso; trata-se apenas de saber se a coisa nos é dada, de tal modo que a sua percepção possa sempre preceder o conceito. (KANT, 2001, A225/B272-273)

Segue-se disso que as atribuições da existência sempre devem ser fundamentadas em dados da percepção. Sobre a importância da percepção para os juízos de existência, a seguinte passagem da *Crítica da Razão Pura*, presente na *Analítica Transcendental*, clarifica um pouco a questão:

O postulado relativo ao conhecimento da *realidade* das coisas exige uma *percepção* e, portanto, uma sensação, acompanhada de consciência; não exige, é certo, consciência imediata do próprio objeto, cuja existência deverá ser conhecida, mas sim o acordo desse objeto com qualquer percepção real, segundo as analogias da experiência, que representam toda a ligação real numa experiência em geral. (KANT, 2001, A225/B272)

O trecho indica uma questão importante no que se refere às inferências da existência que não provêm imediatamente da experiência direta, como o *magnetismo* (exemplo usado por Kant). Para Kant, as “inferências mediatas” são possíveis, desde que elas tenham como base final a experiência.

Pode-se, contudo, também conhecer a existência de uma coisa antes da sua percepção, portanto *comparative a priori*, desde que esteja em conexão com algumas percepções, segundo os princípios da ligação empírica das mesmas (as analogias). Nesse caso, a existência da coisa correlaciona-se com as nossas percepções numa experiência possível e, seguindo o fio condutor dessas analogias, podemos chegar até à coisa na série das

percepções possíveis, partindo da nossa percepção real. (KANT, 2001, A225/B273)

No exemplo do magnetismo, mesmo que tal força não seja perceptível pela sensibilidade humana pode, contudo, ser deduzido de outros fenômenos que estão, de alguma forma, ligados a ele, como, por exemplo, o movimento de atrair ou repelir, proveniente do ímã.

Assim, conhecemos a existência de uma matéria magnética, que penetra todos os corpos, pela percepção da limalha de ferro atraída, embora a constituição dos nossos órgãos não nos permita a percepção imediata dessa matéria. Com efeito, segundo as leis da sensibilidade e o contexto das nossas percepções, chegaríamos a ter, numa experiência, a intuição empírica imediata dessa matéria, se os nossos sentidos fossem mais apurados, mas a estrutura grosseira destes órgãos não afeta em nada a forma da experiência possível em geral. (KANT, 2001, A226)

O que fica explícito nessas passagens é a importância da experiência para a realização de um juízo de existência e de possibilidade transcendental. Nota-se que todas as afirmações de existência, sejam elas mediatas ou imediatas, têm por fundamento dados obtidos pela sensibilidade.

Considerações finais

O desenvolvimento deste trabalho permitiu analisar de modo mais aprofundado uma noção que geralmente é tida como pressuposta na leitura das obras de Kant, a saber, a tese kantiana sobre a existência, presente na *Crítica da Razão Pura*. Como foi visto, a tese sobre a existência é um dos pontos centrais da ontologia kantiana, mesmo não sendo tomada de forma sistematizada no período crítico. A noção de existência no período crítico possui uma importância basilar para a compreensão das teses propostas por Kant na *Crítica da Razão Pura*, bem como para as implicações epistemológicas da obra.

Pôde-se, então, concluir que o conceito de existência expressado na *Crítica da Razão Pura* é classificado primeiramente como não sendo um predicado determinante (real). Salientou-se que, no período crítico, é bastante ressaltada a importância da *experiência* para o uso da existência do juízo. Se, no *Beweisgrund*, Kant não havia sido tão direto, na *Crítica* ele ressaltou explicitamente que as afirmações de existência devem ser fundamentadas necessariamente em alguma evidência empírica. Assim, com a profunda análise da noção de existência nos escritos de Kant, torna-se nítido o caráter epistemológico empreendido por Kant na *Crítica da Razão Pura*, principalmente na importância dada ao objeto real (experiência) para a afirmação da existência de algo.

Por fim, é importante salientar que, na história da filosofia, na recepção das teses de Kant sobre o ser, poucos foram os filósofos que comentaram ou deram a devida atenção à relação entre as noções de atualidade e existência em Kant, limitando-se apenas a comentar a existência de modo particular. Nesse sentido, o presente trabalho deixa aberto para pesquisas futuras a importante tarefa de pesquisar essa fundamental relação na filosofia kantiana, que tem suas raízes na

filosofia aristotélica (na distinção entre *dynamis* e *energeia*) e que fora, aos poucos, esquecida pela tradição.

Referências

HEIDEGGER, Martin. As teses de Kant sobre o ser. In: HEIDEGGER, M. *Conferências*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *The basic problems of phenomenology*. Bloomington & Indianapolis: Indiana Univ. Press, 1988.

HOLZHEY, H.; MUDROCH, V. *Historical dictionary of Kant and kantianism*. Lanham: Scarecrow Press, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

_____. The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores). *Immanuel Kant – Theoretical Philosophy, 1755 – 1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SANSAVERO, Bernardo B.B. *Desmundanização? um estudo a partir da primeira seção de ser e tempo, de Martin Heidegger*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VAN CLEVE, J. *Problems from Kant*. Oxford : Oxford University Press, 1999.

VAZ, Bruno R. L. *A recepção de Frege da noção kantiana de existência*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.